

Reforma tributária

Economia

AJ13583

Ações em alta.

Os papéis do Bradesco, 2º maior banco privado do Brasil, tiveram a avaliação elevada pelo banco norte-americano Bear Stearns.

Prazo. Com transição do sistema, Espírito Santo perderia cerca de 25% de sua arrecadação anual

Reforma tributária fará Estado perder R\$ 1,4 bi em ICMS

CHICO GUEDES

Cobrança passaria a ser feita no destino da venda. Só na área de gás, perda seria de R\$ 300 milhões

RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

■ ■ O Espírito Santo poderá perder muito dinheiro se a nova proposta de reforma tributária do governo federal for aprovada. Com as mudanças previstas para o ICMS - em que a cobrança é feita no destino do produto e não mais no Estado de origem - o Espírito Santo deixaria de receber R\$ 300 milhões por ano, somente com a venda diária de 10 milhões de metros cúbicos (m³) de gás natural. Em 2010, quando o Estado estará escoando 20 milhões m³/dia, a perda anual será da ordem de R\$ 600 milhões.

“Vamos perder toda a tributação que viria do gás natural”, alerta o secretário estadual da Fazenda, José Teófilo Oliveira. Mas as perdas não ficariam por aí. Ele estima que, no período de seis anos, prazo previsto para a

INCENTIVOS

O Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) e todos os demais incentivos em vigor em todos os Estados, de acordo com a proposta, serão extintos a partir da entrada em vigor da nova legislação. O argumento principal do governo federal para a legislação única do ICMS é o fim da guerra fiscal entre os Estados.

Essa será a principal mudança, admite Teófilo. O ICMS, hoje um tributo estadual, passaria a ser uma legislação nacional, de acordo com a proposta que deverá ser encaminhada ao Congresso Nacional na próxima semana. Na avaliação do secretário, a iniciativa é boa.

A idéia é formar um colegiado com representantes das secretarias de Fazenda de todos os Estados. Será criado um órgão colegiado técnico que terá o poder de legislar sobre o ICMS. As medidas tomadas por esse órgão seriam homologadas nos Estados.

Com a mudança, o secretário estadual de Fazenda e o governador não terão mais fun-



FUNDO DE DESENVOLVIMENTO. Medida para compensar Estados seria insuficiente, diz José Teófilo

Fundap

Para o comércio exterior

■ **ESTÍMULO.** O Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) foi criado em 1970, para estimular o comércio exterior no Espírito Santo

■ **INCENTIVO.** É um incentivo financeiro que só existe no Estado e funciona com base no ICMS - que é de 12% sobre as importações

■ **PERCENTUAIS.** Dessa quantia, oito pontos percentuais são devolvidos para o empresariado do setor, em forma de financiamento, que é feito pelo Bandes. Três pontos ficam com os municípios e um, com o Estado

■ **RECEITA.** O ICMS gerado pelas operações do Fundap e repassado aos municípios somou, em 2007, R\$ 490 milhões, cifra 38,8% superior ao valor de 2006 (R\$ 353 milhões).

Cobrança passaria a ser feita no destino da venda. Só na área de gás, perda seria de R\$ 300 milhões

RITA BRIDI

rbridi@redgazeta.com.br

■ ■ O Espírito Santo poderá perder muito dinheiro se a nova proposta de reforma tributária do governo federal for aprovada. Com as mudanças previstas para o ICMS - em que a cobrança é feita no destino do produto e não mais no Estado de origem - o Espírito Santo deixaria de receber R\$ 300 milhões por ano, somente com a venda diária de 10 milhões de metros cúbicos (m³) de gás natural. Em 2010, quando o Estado estará escoando 20 milhões m³/dia, a perda anual será da ordem de R\$ 600 milhões.

“Vamos perder toda a tributação que viria do gás natural”, alerta o secretário estadual da Fazenda, José Teófilo Oliveira. Mas as perdas não ficariam por aí. Ele estima que, no período de seis anos, prazo previsto para a transição do atual sistema, o Espírito Santo perderia em torno de 25% de sua arrecadação anual. Se for considerada a arrecadação de 2007, de R\$ 5,8 bilhões, a perda no período ficaria em torno de R\$ 1,45 bilhão.

A proposta do governo prevê a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional para compensar os Estados que terão perdas com as mudanças no ICMS, mas o secretário avalia que a medida não será eficaz para evitar os prejuízos que os Estados terão. “O governo federal fala em indenização, mas não tem sido um bom indenizador. Temos que analisar isso de uma forma muito cuidadosa”, enfatiza.

Teófilo lembra que o Espírito Santo, um grande exportador de commodities - e muito prejudicado com a edição da chamada Lei Kandir, que desonerou as exportações da cobrança de ICMS - não recebeu do governo federal a devida indenização. Os repasses que a União fez ao Estado, explica, foram menores que as perdas. Ele teme que o mesmo ocorra com a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional.

INCENTIVOS

O Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) e todos os demais incentivos em vigor em todos os Estados, de acordo com a proposta, serão extintos a partir da entrada em vigor da nova legislação. O argumento principal do governo federal para a legislação única do ICMS é o fim da guerra fiscal entre os Estados.

Essa será a principal mudança, admite Teófilo. O ICMS, hoje um tributo estadual, passaria a ser uma legislação nacional, de acordo com a proposta que deverá ser encaminhada ao Congresso Nacional na próxima semana. Na avaliação do secretário, a iniciativa é boa.

A idéia é formar um colegiado com representantes das secretarias de Fazenda de todos os Estados. Será criado um órgão colegiado técnico que terá o poder de legislar sobre o ICMS. As medidas tomadas por esse órgão seriam homologadas nos Estados.

Com a mudança, o secretário estadual de Fazenda e o governador não terão mais função executiva a respeito do ICMS. O principal ganho, avalia Teófilo, será a padronização da legislação em todo o país. É como se fosse um imposto federal, explica. “Tendo em vista a complexidade da legislação atual do ICMS, pode ser uma boa iniciativa”, reconhece.

“Fim da guerra fiscal não resolve desigualdades”

■ ■ O argumento do governo federal de unificar a legislação do ICMS para acabar com a guerra fiscal entre os Estados poderá não extinguir o problema, avalia o secretário estadual da Fazenda, José Teófilo Oliveira. “Esse é o cerne da proposta do governo federal, mas isso não vai reduzir as desigualdades regionais”. Nas negociações que governos estaduais desenvolvem com empresários tem de haver um tipo de incentivo. No Estado, explica, os incentivos fiscais sempre resultaram em bons serviços.



FUNDO DE DESENVOLVIMENTO. Medida para compensar Estados seria insuficiente, diz José Teófilo

A reforma tributária

Conheça as propostas

■ ■ EMPRESAS DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

- Acabar com a alíquota de 2,5% sobre a folha de pagamento recolhida pelas empresas para o salário-educação
- Em 2007, as empresas contribuíram com: R\$ 7,1 bilhões para o salário-educação; R\$ 4,2 bilhões repassados aos Estados e municípios
- R\$ 2,9 bilhões para a União
- A educação não perderá esses recursos. A alíquota cobrada será transferida para o IVA
- Possibilidade de redução da contribuição patronal ao INSS em seis pontos percentuais, de 20% para 14%, em seis anos, gradualmente, sendo um ponto percentual por ano
- A estimativa é de que cada ponto percentual corresponda

a cerca de R\$ 1,4 bilhão

- Pode acabar ainda com a alíquota de 0,6% para o Incra, também paga sobre a folha salarial

■ ■ IMPOSTOS FEDERAIS

- Será criado o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) federal, com a junção do PIS/Pasep, Cofins e a Cide (o imposto sobre combustíveis). O novo imposto deve entrar em vigor em 2010
- O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) será mantido como é hoje
- O governo promete não recriar a CPMF ou criar outro imposto federal
- O governo estuda juntar num único imposto a Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas com o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica

■ ■ ESTADO E MUNICÍPIOS

- ICMS: o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e

Serviços, cobrado pelos Estados, terá as 27 legislações atuais unificadas. Mas a principal mudança é que ele passará a ser cobrada no destino e não mais na origem dos produtos, como é hoje

- O governo espera acabar com a guerra fiscal, já que os Estados oferecem redução de alíquota para atrair investimentos/empresas
- A idéia é que haja cinco alíquotas e não apenas uma, dependendo do produto
- Haverá um prazo de transição de seis anos do atual sistema para o novo
- Inicialmente, o ISS (Imposto sobre Serviços), cobrado pelos municípios, seria unificado com o ICMS, dando origem ao ICS Estadual, mas essa idéia foi abandonada por ser considerada de difícil aplicação

■ ■ FUNDO DE DESENVOLVIMENTO

Fundap

Para o comércio exterior

- **ESTÍMULO.** O Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) foi criado em 1970, para estimular o comércio exterior no Espírito Santo
- **INCENTIVO.** É um incentivo financeiro que só existe no Estado e funciona com base no ICMS - que é de 12% sobre as importações
- **PERCENTUAIS.** Dessa quantia, oito pontos percentuais são devolvidos para o empresário do setor, em forma de financiamento, que é feito pelo Bandes. Três pontos ficam com os municípios e um, com o Estado
- **RECEITA.** O ICMS gerado pelas operações do Fundap e repassado aos municípios somou, em 2007, R\$ 490 milhões, cifra 38,8% superior ao valor de 2006 (R\$ 353 milhões).

REGIONAL

- Será criado um fundo para socorrer Estados que perdem com o novo ICMS, num primeiro momento do novo sistema
- São Paulo e Minas Gerais, que concentram a produção, deverão ser os maiores prejudicados pelo novo ICMS, por isso resistem à reforma

■ ■ DESONERAÇÃO DE INVESTIMENTOS (BENS DE CAPITAL)

- O governo vai reduzir, ou até mesmo zerar, os prazos que hoje são dados para as empresas receberem de volta parte do que foi pago de impostos na compra de máquinas e equipamentos, os chamados bens de capital

■ ■ IMPOSTO DE RENDA

- O governo pode anunciar também mudanças no IR da pessoa física, criando mais alíquotas e novas faixas salariais